



**EDUCAÇÃO INFANTIL E O AUTISMO****SANTOS, Amaliani Raquel Oliveira dos<sup>1</sup>****RESUMO**

O objetivo do estudo é mostrar uma realidade presente dentro das nossas escolas, a inclusão de crianças que necessitam de um atendimento diferenciado, assunto que tem sido amplamente discutido dentro do contexto escolar. O desafio é garantir a igualdade de direitos destas crianças ao acesso escolar e formas de aprendizagem diversificada. Crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA) este é um distúrbio do desenvolvimento cujas características principais consistem em prejuízos sociais e de comunicação, restrições de interesses, comportamentos repetitivos e estereotipados, necessitando de um aprendizado específico para cada uma, atualmente o TEA pode estar presente em um em cada cem pessoas. A metodologia utilizada foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica em pesquisas e trabalhos publicados em sites eletrônicos, como artigos científicos, teses e dissertações. O presente trabalho torna-se relevante à medida que poderá contribuir para o sistema educacional através de saber como lidar com crianças que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA). Partimos do objetivo de encontrar formas de aprendizagem para incluir estas crianças dentro da sala de aula na primeira infância tornando um ensino mais prazeroso e interessante no que se refere à alfabetização de nossos pequenos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transtorno do Espectro Autista. TEA. Aprendizagem.

---

<sup>1</sup> Formada em Psicologia pela União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO, na cidade de São José do Rio Preto/SP. Atualmente atua como Psicóloga na APAE de Mirassol/SP e na Clínica Instituto Voar em São José do Rio Preto/SP. E-mail: mally\_any@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013) classifica o Transtorno do Espectro Autista (TEA) entre os chamados transtornos do neurodesenvolvimento. O TEA “é definido como um transtorno do desenvolvimento neurológico e global, que pode estar presente desde a infância apresentando importantes déficits nas dimensões sócias comunicativas e comportamentais” (NUNES; AZEVEDO; SCHMIDT, 2013).

Segundo os mesmos, os sinais que caracterizam o TEA podem levar a situações nas quais essas crianças tendem a se isolar socialmente e apresentar baixos níveis de vocabulário. Essa situação pode levar a uma comunicação bastante comprometida, assim como grandes dificuldades para compreender vários tipos de contextos, sejam emocionais ou sociais. A intervenção precoce, embora não consiga necessariamente eliminar todas essas características, podem conduzir a um quadro que proporcione uma vida mais integrada e, de certa forma, mais independente.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) sempre representou um grande desafio para os profissionais que decidem trabalhar com este público (WALTER, 2000). A inserção das crianças com TEA no contexto escolar pode efetivamente contribuir para a vivência de experiências capazes de levá-las a novas aprendizagens e a novos comportamentos.

Segundo Belizário e Cunha (2010) a criança com autismo reage de acordo com sua rotina sendo ela alterada ou não. O ingresso na escola representa mudanças na rotina da criança com TEA, e é muito comum que elas reajam de forma diferente ocorrendo crises diante dos novos acontecimentos. Elas podem apresentar choro intenso, movimentos corporais recorrentes, indiferenças em relação às solicitações dos professores e outros profissionais da equipe escolar, recusa ou não atende comando simples, entre outros sinais. Ainda, algumas crianças com TEA podem apresentar comportamentos mais complexos, como autoagressões ou atitudes diferentes do esperado e por vezes agressivas com outras pessoas e colegas de sala.

O interesse em desenvolver o presente estudo é decorrente da necessidade de um trabalho de conclusão de pós-graduação como requisito para especialização em Análise do Comportamento Aplicada - ABA.

O presente trabalho torna-se relevante à medida que poderá contribuir para o sistema educacional através de saber como lidar com crianças que apresentam Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O objetivo do estudo é auxiliar no desenvolvimento e na interação social e pedagógica de crianças que apresentam autismo e apresentar uma visão geral sobre o atendimento dos profissionais na educação infantil.

Nas considerações finais, enfatizamos que o papel do professor frente à inclusão é fundamental e contribui de modo efetivo tanto no desenvolvimento quanto na aprendizagem, entretanto apesar de sua importância nem sempre é valorizado ou incentivado a investir em sua formação.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Transtorno do Espectro Autista**

O termo “autismo” foi utilizado pela primeira vez em 1911, pelo psiquiatra suíço Bleuler, para descrever os sintomas de sujeitos com esquizofrenia, já em 1943 o psiquiatra austríaco Léo Kanner, descreveu com maiores detalhes os sintomas no artigo nomeado de Autistic Disturbances of Affective Contact, onde relatava em média 11 casos de diferentes gêneros com características essencialmente semelhantes: estereotípias e ecolalias, aliadas a incapacidade de interação e severos distúrbios de linguagem.

Em 2013 o Manual de Diagnóstico Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM – V) da Associação Americana de Psiquiatria classificou o autismo, como uma alteração do neurodesenvolvimento, denominada de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) tendo níveis de I a III, de acordo com o grau de prejuízo na comunicação social recíproca e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de

comportamento e interesses restritivos. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. Além disso, tais características geram uma dificuldade para as crianças que estão em fase escolar.

Segundo Gaiato (2018, p. 21):

O TEA, ou simplesmente autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento. Isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas respectivas áreas cerebrais das pessoas acometidas por ele. É uma condição complexa, e muitos fatores contribuem para o risco.

Schmitt (2015) acrescenta que o autismo é um desenvolvimento comprometido e significativamente incomum da socialização e comunicação da criança, apresentando um repertório limitado de interesses e atividades. As manifestações são de maneira variada, e depende do nível de desenvolvimento e da idade da criança. É de suma importância que se tenha um diagnóstico precoce atrelado a um tratamento efetivo. Ressalva Munõz (2013), que quanto mais tardiamente forem realizados o diagnóstico e as intervenções propostas, o andamento do tratamento já não terá o resultado tão eficiente e as intervenções, na maioria dos casos, irão proporcionar apenas uma qualidade de vida mais confortável para o autista e sua família.

Explicam Ribeiro e Cardoso (2014) que recentes pesquisas revelam o significativo aumento de diagnósticos de autismo em todo o mundo – um a cada mil nascidos é autista e cerca de quatro indivíduos a cada mil nascidos apresentam espectro autista. Nos últimos dez anos, os dados sobre a prevalência aumentaram de forma significativa, estatísticas americanas, apresentadas pelo Centers for Disease Control and Prevention (CDC), passaram de 1:150, em 2000, para 1:88, em 2008, afetando mais pessoas do sexo masculino, na proporção de 3 a 5 homens para 1 mulher. No Brasil, dados apontam para uma prevalência de 1:360, embora considere-se que esses números possam estar subestimados pela metodologia utilizada no estudo (POLVARINI, 2017).

Diante desse quadro, é crescente a necessidade de programas e serviços capazes de atender crianças autistas, com o propósito de reduzir suas dificuldades e

potencializar suas capacidades, para que torne possível a promoção no desempenho funcional nos papéis ocupacionais desse público (RIBEIRO; CARDOSO, 2014).

Assim, estudos de diferentes autores como Mari, Bressan, Miguel (2004); Bressan, Gerolin, Mari, (2005); dimensionam a necessidade de analisar a produção científica existente, principalmente no Brasil.

## 2.2 Ensino infantil na educação especial

Pode se considerar “moderna” a ideia de infância e de crianças serem tratadas como crianças, porque na Idade Média elas eram consideradas pequenos adultos não tinham estatuto social nem autonomia existencial. Deste modo as crianças tinham participação nas guerras, nos trabalhos pesados, nos afazeres domésticos e até nas reproduções (ARIÈS, 2011).

De um ser sem importância a criança passa a ser um indivíduo de grande relevância na sociedade, com direitos e que precisa ter suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas e emocionais supridas. Com o surgimento da Constituição de 1988, a criança foi colocada no lugar de sujeito de direitos e a educação infantil foi incluída no sistema educacional, na qual a criança obrigatoriamente deve estar matriculada em creches e pré-escolas preferencialmente da sua comunidade, o conceito de educação infantil como direito social é uma questão abordada na realidade educacional brasileira no final do século XX (SARMENTO, 2013).

Durante várias décadas, houve diversas transformações: a pré-escola não tinha caráter formal, não havia professores qualificados e a mão de obra era formada por voluntários, que rapidamente desistiam desse tipo de trabalho (MENDONÇA, 2012).

A Educação Infantil é fundamental e essencial, pois desenvolve um papel de destaque no desenvolvimento humano e social da criança. A criança irá se beneficiar cognitivamente, terá diversos contatos com objetos e com a arte, cultura e a ciência, dando espaço para sua criatividade na escola e na vida; esta instituição deve ser um espaço preparado, com professores que levem em conta a criatividade e a capacidade dessas crianças que já tem um conhecimento prévio, uma história e a sua própria

linguagem, e assim criarmos uma escola que atenda a diversidade desde o início (SARMENTO, 2013).

No ano de 1998, foi criado RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento que procura nortear o trabalho realizado com crianças de zero a seis anos de idade. Ele representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil, e é nela que a criança irá se desenvolver integralmente, pois é durante essa etapa que ocorre o processo de humanização e troca de experiências sociais que a tornarão sujeito com identidade. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a educação infantil é o sistema destinado à faixa etária de zero a seis anos: as creches para a faixa de zero até três anos e as pré-escolas para a faixa de quatro a seis anos (TADEI; STORER, 2012).

Diante dos novos princípios do final do século XX, as escolas passaram a enfrentar um grande desafio, a inclusão de alunos com necessidades especiais. A educação inclusiva vem romper com a visão reducionista de educação especial centrada no déficit, na limitação, na impossibilidade do sujeito de interagir, agir e aprender com os demais alunos em ambientes restritivos (BORGES; OLIVEIRA; BRAGA; RODRIGUES, 2015).

Nesse sentido, é possível discutir que o direito ao acesso ao conhecimento é também o direito de desenvolver-se de forma integral e apropriar-se das condições que favorecem a participação social de forma ativa, desde a educação infantil. A inclusão de alunos com necessidades especiais promove um ambiente rico de aprendizagem e de diversidade social, podendo ser trabalhados valores como o respeito, o cuidar e ajudar o próximo. Para que a sociedade possa se adequar a todas as pessoas, independente de suas características e especificidades, o trabalho árduo e interdisciplinar é indispensável (MATTOS; NUERNBERG, 2011).

O movimento denominado de inclusão escolar é relativamente novo se considerarmos o grande período de exclusão escolar que viveram, sendo estas impedidas de usufruírem das oportunidades educacionais disponibilizadas aos que

tenham acesso à educação. A educação inclusiva pressupõe uma reorganização no sistema educacional de forma a garantir acesso, permanência e condições de aprendizagem a toda população em idade escolar (RODRIGUEZ, 2006).

O entendimento da proposta de educação inclusiva requer uma análise do modelo anterior com vistas a delimitar o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. A escola e a classe especiais destinadas à educação do deficiente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que pudesse se assemelhar o máximo possível com os sujeitos normais, para então, poderem ser integrados ao convívio comum, nesse caso a escola comum. Esta maneira de educação especial, além de negar a condição de diferença, descaracteriza o papel da escola (RODRIGUEZ, 2006).

Em 1994, a Declaração de Salamanca garantiu o direito de todos a educação evitando a segregação dos alunos ditos como “normais” e as minorias. A Declaração de Salamanca dirigiu-se não somente as pessoas com deficiência, mas todas as minorias, por esta razão, são pouco discutidas entre os educadores do ensino regular, reforçando a ideia de duplicidade de educações. Essa concepção da educação especial como um subsistema à parte tem acarretado uma série de equívocos, facilmente constatáveis na separação entre os profissionais que trabalham para a educação especial e os demais educadores (CARVALHO, 2007).

No mesmo ano de 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem. Já em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva objetiva, dentre vários aspectos, assegurar a inclusão escolar dos alunos público alvo da educação especial e para isso sugere atendimento educacional especializado, professores com base na formação inicial e continuada (BRASIL, 2008).

Na medida em que a legislação se aprimora em 2012, a Lei 12.764/12 Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que busca garantir os direitos constitucionais e preconiza o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento ao TEA (BRASIL, 2012). Portanto, respaldado pela legislação torna-se essencial o governo brasileiro investir em formação de professores que terão subsídios para atender de forma especializada o aluno com TEA.

## **2.2 Inclusão Escolar e a Atuação do professor com alunos que apresentam TEA**

Com a aquisição de novos valores e princípios, a sociedade se mostra cada vez mais presente em discursões sobre a importância da inclusão escolar, em decorrência disso, uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Essa realidade é proveniente de mudanças significativas que vêm ocorrendo no âmbito da educação escolar que ressaltam a importância de adequar os ambientes educacionais às necessidades de crianças com deficiência. A escola que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, agora se vê desafiada a prover um ensino de qualidade, criando metas para enfrentar e superar as dificuldades encontradas (RODRIGUEZ, 2006).

Klein (2010) alega que a palavra “inclusão” tem sido utilizada como calão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas e solidárias para com o outro. O ato de incluir vai além da inserção, faz-se necessário tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas. Diante dessa perspectiva, a inclusão da criança com TEA (Transtorno do Espectro Autista) em sala de aula deve existir de forma consciente, o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido para incluir o aluno no contexto educacional de forma que todos os envolvidos assimilem a situação e conhecimento das metodologias a serem trabalhadas visando à superação de limitações da criança com autismo.

É necessário ressaltar que por mais importante que seja inserir a criança com deficiência na sala de aula regular, é preciso criar meios para que ela se mantenha estimulada na escola, sem que tenha prejuízos em seu desenvolvimento e aprendizado (CARVALHO, 2007).

Como já vimos acima, na história da educação de pessoas com deficiência apresenta um quadro de total exclusão. Esses indivíduos eram institucionalizados e viviam longe do convívio social, passando por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais estabelecidas de acordo com as características de suas deficiências, entendendo que sua participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo de normalização.

A presença do aluno com deficiência na escola comum tem se intensificado nos últimos anos, porém essa presença nem sempre é bem vinda em decorrência da falta de experiências anteriores com estas crianças. A escola inclusiva terá que construir uma história de interação com esses alunos de modo que se percebam indivíduos capazes de aprender.

A entrada de crianças com autismo em sala de aula regular que é prevista em lei e assegura ao aluno o direito do acesso ao ensino, ficando à escolha dos pais matricularem ou não os filhos em escolas regulares. Para que a instituição de ensino promova o desenvolvimento e a aprendizagem é necessária que ela disponha de uma prática pedagógica coletiva e que seja esclarecida a importância do envolvimento familiar com a escola (BARBOSA; ZACARIAS; MEDEIROS; NOGUEIRA, 2013).

O ambiente escolar deve ser pensado e planejado de maneira flexível, a fim de atender cada educando de forma particularizada (PACHECO, 2007). Nessa perspectiva, entendemos que a educação inclusiva é um processo que inclui todas as pessoas, até mesmo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim todos os profissionais que trabalham dentro do ambiente escolar partilham da responsabilidade de ensinar e cuidar estas crianças; não é apenas o professor que transformará a escola em inclusiva, mas sim a união entre coordenadores, professores, demais funcionários e família (PIRES, 2006).

Esta tarefa é essencial no trabalho pedagógico inclusivo e também é desafiadora, pois implica mudanças que vão além de inserir a criança na instituição e transformar o aspecto físico escolar, mas sim, mudar o caráter conceitual sobre a prática educativa, releva Carvalho (2007, p. 61):

Queremos, sim, uma escola para todos, com todos, mas uma escola que além da presença física assegure e garanta a aprendizagem e participação. A proposta de educação inclusiva entendida como uma inovação que garanta o direito à educação de todos é, de fato, desafiante, implica inúmeras ações para sua efetivação e abre algumas perspectivas à educação escolar, parafraseando Mantoan (s/d).

Quando falamos sobre a inclusão da criança com autismo na educação infantil de ensino regular, devemos pensar também no professor, pois este deve estar preparado para receber os alunos com deficiência, sem fazer distinção, comparação ou até a exclusão dos mesmos (BARBOSA; ZACARIAS; MEDEIROS; NOGUEIRA, 2013).

Carneiro (2012, p. 88) afirma que:

[...] não sabemos ser inclusivos. Isso decorre das experiências culturais e sociais as quais fomos submetidos. Há menos de duas décadas, cursos de formação de professores sequer referiam à existência das diferenças educacionais advindas das deficiências, o que resultou em uma formação e, conseqüente prática, desvinculada de tal realidade. A formação inicial e continuada dos professores da educação infantil com vistas à superação de tal modelo é imprescindível.

Os profissionais da educação devem apresentar conhecimento dos vários modelos de intervenção para lidar com crianças que apresentam TEA e nesse sentido, compete à instituição escolar munir os profissionais de novos conhecimentos, a partir de formações continuadas e fazendo-se valer as leis educacionais que permitam o professor transcender em sua profissão, além de mudanças de atitude estrutural e metodológico, privilegiando um currículo que se adeque também às necessidades da criança com autismo (DRUMOND, 2010).

Segundo Drumond (2010) as crianças autistas necessitam de ambientes estruturados, dentro de uma perspectiva de decoração simples, não podendo conter

poluição visual. Nesse sentido os docentes quando traçam os seus projetos educativos, devem ter em conta a existência dos vários modelos de intervenção.

O papel do professor dentro da sala de aula é como mediador, pois no processo de aprendizagem ele favorece a interpretação do estímulo ambiental e tem influência para orientar e motivar seus alunos desde o primeiro contato com a escola, já com relação a sua participação na inclusão da criança com autismo, o professor tem um papel determinante, pois é ele quem recepciona e estabelece o início dos relacionamentos das criança, seja positivo ou negativo, dessa forma ele é um grande responsável por efetivar ou não o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar possibilidades de desenvolvimento para todos, adequando sua metodologia as necessidades diversificadas de cada aluno (LOPEZ, 2011).

O professor deve desenvolver na criança a autoconfiança e a independência, pois são características ausentes em sua personalidade. Para o professor também recai a responsabilidade de desenvolver atividades de acordo com o grau de conhecimento da criança, para que ela possa desempenhar as atividades de forma correta, possibilitando o surgimento de novas aprendizagens e o avanço no desenvolvimento de atividades escolares (BARBOSA; ZACARIAS; MEDEIROS; NOGUEIRA, 2013).

Nessa perspectiva o professor torna-se possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destes. Em muitas situações, as crianças com autismo ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem. É importante que o professor detecte as dificuldades existentes e investigue o nível de desenvolvimento dos mesmos, para que dessa forma ele saiba quais aspectos devem ser trabalhados com a criança (LOPEZ, 2011).

Carvalho (2007) destaca a importância de uma formação rica aos educadores para permitir consciência da realidade em que irá atuar; uma fundamentação teórica coerente, além de uma satisfatória instrumentalização técnica que lhe possibilite uma

ação eficaz, abrangendo diferentes níveis atitudinal, crítico-contextual, cognitivo e instrumental. A escola tornou-se uma instituição social, que visa formação e promoção participativa na sociedade, dessa forma, para complementar a formação inicial os cursos de especializações tornaram-se uma alternativa, pois vários apresentam enfoques determinantes no neurodesenvolvimento e nas complementações educacionais. Abre-se uma discussão acerca dos problemas envolvidos na formação de educadores, e Carvalho (2007) propõe que amplie a carga horária dos estágios obrigatórios, estimule a capacitação dos docentes para que incentivem a formação professor-pesquisador, além de um acervo de conhecimento fácil e acessível aos educadores.

Diante dessa perspectiva o fazer pedagógico se torna marcante e de extrema importância para potencializar o sujeito e sobretudo reforçar as habilidades desse 15 aluno, dessa forma o educador precisa estar munido de técnicas específicas e didática coerente com a demanda de cada aluno TEA, considerando suas especificidades.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil está ligada ao conceito de infância, tendo a sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança.

Compreendemos que é importante tornar acessível à entrada e permanência de crianças com autismo em escolas de ensino regular, no entanto, não é uma tarefa fácil tornar uma escola inclusiva, é necessário que governo, escola e família trabalhem juntos em prol da oferta de educação de qualidade, com as devidas condições e possibilidades para o desenvolvimento e aprendizagem. Não podemos falar sobre inclusão sem fazer referência ao processo de ensino/aprendizagem, já que a inclusão tem o intuito de prover as mesmas condições a todos os alunos, visando o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos.

Através desse trabalho, identificamos o papel do professor como mediador da inclusão, ou seja, ele cria situações que oportunizam esse processo, se aproximando

e gerenciando conflitos de modo que se faça compreender que as diferenças são características de todos os alunos, independente de ser deficiente ou não.

Conclui-se que é preciso possibilitar aos professores uma formação que abranja conhecimentos sobre as diferentes deficiências e as necessidades educacionais relativas a estas, propiciar a adequação do espaço físico e dos recursos materiais, além de assistência técnica específica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5**. Washington: APA 2013.

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, LTC, 2011.

BARBOSA, Amanda Magalhães; ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; MEDEIROS, Kesia Natália; NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva. **O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo**. XI congresso nacional de educação. Pontifica universidade católica do paraná, Curitiba – PR, 2013.

BELISÁRIO, José Ferreira; CUNHA, Patrícia. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: transtornos globais do desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, Ceara – CE, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto**. Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL, Planalto. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acessado em janeiro de 2022.

BRESSAN, R. A; MARI, J.J; GEROLIN, J. **The modest but growing Brazilian presence in psychiatric, psychobiological and mental health research: assessment of the 1998-2002 period**. Braz J Med Biol Res. 38(5): 64959, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-879X2005000500001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-879X2005000500001&lng=en&nrm=iso); Acesso em março de 2022.

BORGES, Jéssica de Souza; OLIVEIRA, Juliene do Carmo Ribeiro; BRAGA, Vânia Rocha; RODRIGUES, Maria Goretti Andrade. **Autismo E Educação Infantil**. IV colóquio internacional educação, cidadania e exclusão. 2015.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva na educação infantil**. Revista Práxis Educacional, Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) , da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), BA, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 5ª Edição, Porto Alegre, 2007.

DRUMOND, Simone Helen Ischkanian. **Projeto: Autismo e Educação**. Coleção de portfólios educacionais para autistas. 2010.

GAIATO, Mayra. **S.O.S Autismo: Guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista**. 2ª edição, nVersos, São Paulo - SP, 2018.

KLEIN, Rejane Ramos. **A reprovação escolar como ameaça nas tramas da modernização pedagógica**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-

Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS, 2010.

LOPEZ, Juliana Crespo. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas.** Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MARI J. J. BRESSAN R; A, MIGUEL E. C. **Mental health and psychiatric research in Brazil.** Br J Psychiatry. 184:273, 2004. Disponível em: <http://bjp.rcpsych.org/content/184/3/273>. Acesso em: março. 2022.

MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil.** Revista Educação Especial, Santa Maria- RS, 2011.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil.** UNICESUMAR Maringá - PR, 2012.

MUNÕZ, Patricia de Oliveira Lima. **Terapia assistida por animais – interação entre cães e crianças autistas.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico de; SCHMIDT, Carlo. **Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura.** Revista Educação Especial, Santa Maria – RS, 2013.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Editora Artmed, Porto Alegre - RS, 2007.

PIRES, José. **Por uma ética da inclusão.** Editora: Vozes, Petrópolis - RJ, 2006.

POLVARINI, Valéria de Moraes. **Mapeamento das Produções Científicas e Perspectivas Educacionais sobre o Transtorno do Espectro do Autismo.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO, SP, 2017.

RIBEIRO, Luciana de Cássia; CARDOSO, Ana Amélia. **Abordagem Floortime no tratamento da criança autista: possibilidades de uso pelo terapeuta ocupacional.** Caderno de Terapia Ocupacional, UFSCar, São Carlos – SP, 2014.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva.** Summus Editorial, São Paulo – SP, 2006.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** Instituto de Estudos da criança Universidade do Minho, Portugal, 2013.

SCHMITT, Juliana Fraciosi. **Terapia assistida por animais e pessoas com transtorno do espectro autista: uma revisão.** Artigo (Especialização em Equoterapia). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2015.

TADEI, Gescielly Barbosa da Silva; STORER, Márcia Regina de Sousa. **Problemas e dificuldades de aprendizagem na infância.** UNICESUMAR, Maringá – PR, 2012.

WALTER, Cátia, Crivelenti de Figueiredo. **Adaptação para o Brasil do sistema de comunicação por trocas de figuras (PECS), com pessoas portadoras de autismo infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2000.